

Acesso a Informação Administrativa

O acesso a informação e a documentos nominativos, nomeadamente quando incluíam dados de saúde, produzidos ou detidos pelos órgãos ou entidades administrativas, quando efetuado pelo titular dos dados, por terceiro autorizado pelo titular ou por quem demonstre ser titular de um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido na informação está fundamentalmente regulado na Lei de Acesso a Informação Administrativa – LADA ([Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto](#)), conjugado com o regime legal de proteção de dados pessoais.

Este regime jurídico não se sobrepõe ao constante de legislação específica sobre a matéria, como é o caso do:

- Regime jurídico do exercício do direito dos cidadãos a serem informados pela Administração Pública sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados e a conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas, segundo o Código do Procedimento Administrativo;
- Acesso a informação e a documentos relativos à segurança interna e externa e à investigação criminal, ou à instrução tendente a aferir a responsabilidade contraordenacional, financeira, disciplinar ou meramente administrativa, regulado por legislação própria;
- Acesso a documentos notariais e registrais, a documentos de identificação civil e criminal, a informação e documentação constantes do recenseamento eleitoral, bem como ao acesso a documentos objeto de outros sistemas de informação regulados por legislação especial;
- Acesso a informação e documentos abrangidos pelo segredo de justiça, segredo fiscal, segredo estatístico, segredo bancário, segredo médico e demais segredos profissionais, bem como a documentos na posse de inspeções-gerais e de outras entidades, quando digam respeito a matérias de que resulte responsabilidade financeira, disciplinar ou meramente administrativa, desde que o procedimento esteja sujeito a regime de segredo, nos termos da lei aplicável.

Qualquer pessoa, sem ser necessário enunciar qualquer interesse, tem direito de acesso aos documentos administrativos, que compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo (cf. artigo 5.º da LADA). No entanto, pode haver restrições esse direito (cf. artigo 6.º da LADA).

- O acesso aos documentos administrativos deve ser solicitado por escrito, através de requerimento que contenha os elementos essenciais à identificação do requerente, designadamente o nome, dados de identificação pessoal ou coletiva, dados de contacto e assinatura.

Como o modelo de requerimento de pedido de acesso deve ser disponibilizado pelas entidades no seu sítio na Internet, a ERS disponibiliza um formulário para esse efeito.



RUA S. JOÃO DE BRITO, 621 L32
4100-455 PORTO - PORTUGAL
T +351 222 092 350
GERAL@ERS.PT
WWW.ERS.PT

© Entidade Reguladora da Saúde, Porto, Portugal, 2020

A reprodução de partes do conteúdo deste documento é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando a ERS como autora, o título do documento, o ano de publicação e a referência "Porto, Portugal".

Na execução deste documento foi atendida a privacidade dos titulares de dados pessoais. O tratamento destes dados cumpriu as normas relativas à sua proteção, nomeadamente as constantes do Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD).